



MZ·ADVOCACIA®

INFORMATIVO JURÍDICO —

EDIÇÃO 155
ABRIL 2023

SNIPER: Uma nova solução na identificação de bens e vínculos patrimoniais de devedores

Atualmente, um dos principais desafios enfrentados pelos credores, consiste na dificuldade de localização de bens, ativos e direitos que possam ser objeto de constrição judicial e, assim, garantir a satisfação do crédito reconhecido em juízo. Esse processo de busca e localização pode ser bastante moroso e até inexitoso, o que acaba gerando frustração aos credores que, mesmo tendo obtido a vitória na demanda, ainda não conseguiram receber o que lhes é devido.

De acordo com dados divulgados pelo relatório “Justiça em Números”, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 58% do total de processos pendentes no país (75 milhões) referem-se a execuções que aguardam solução, totalizando quase 40 milhões de casos.

Uma das razões para essa dificuldade reside na ação ardilosa dos devedores, que frequentemente utilizam de estratégias para ocultar e blindar seus bens ao serem notificados de processos judiciais, dando início a transmissão de seu patrimônio para outras pessoas físicas e/ou jurídicas, na clara tentativa de fraudar a execução e evitar o cumprimento das obrigações.

Frente a esse cenário desafiador, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou uma solução inovadora desenvolvida no âmbito do Programa Justiça 4.0: o Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper). Esse sistema é capaz de identificar, em questão de segundos, conexões patrimoniais, societárias e financeiras entre pessoas físicas e jurídicas, o que representa um grande avanço no combate a ações fraudulentas e à lava-

gem de dinheiro.

Com isso, a expectativa é que a busca por ativos, que hoje é um processo que pode se estender por meses e até anos, possa ser realizada de forma mais ágil e simplificada. Os resultados da investigação são expressos por meio de grafos, cuja linguagem é de fácil compreensão pela magistratura, indicando as relações entre os atores envolvidos de modo eficiente e simplificado, o que contribui para reduzir o tempo da investigação patrimonial e dificulta ações fraudulentas nas execuções.

Nas palavras de Dorotheo Barbosa Neto, juiz auxiliar da presidência do CNJ que está à frente do projeto, “O Sniper foi desenvolvido para trazer agilidade e eficiência na descoberta de relações e vínculos de interesse do processo judicial. Ele permite a melhor compreensão das provas produzidas em processos judiciais de crimes financeiros complexos, como a corrupção e lavagem de capitais, em segundos e com maior eficiência”.

Através desta ferramenta, os magistrados têm a possibilidade de buscar informações referentes a pessoas físicas e jurídicas pelo nome, CPF, razão social, nome fantasia ou CNPJ. Os dados são apresentados em grafos que ilustram visualmente as conexões entre pessoas físicas e jurídicas, tornando mais ágil o processo de identificação de grupos econômicos. Além disso, o sistema disponibiliza informações relacionadas aos bens e ativos dos indivíduos e das empresas investigadas, incluindo aeronaves e embarcações, bem como as conexões existentes entre eles e outras pessoas físicas e jurídicas.

Embora o sistema ainda esteja em sua fase inicial de adaptação e uso, o novo mecanismo é um alento para os credores, principalmente no que diz respeito à satisfação de seus créditos em execução, representando um novo horizonte na busca de bens e identificação de possíveis fraudes.

**Gabriel Pires**

Estagiário MZ Advocacia

gabriel@mzadvocacia.com.br

Lei que obriga empresas a registrarem raça e etnia de funcionários entra em vigor; entenda

De acordo com a lei publicada no Diário Oficial, as empresas terão que colher essas informações na hora de contratar, de demitir e em casos de acidente de trabalho, por exemplo.

Uma lei federal que obriga empregadores a registrarem a raça e etnia de seus funcionários foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (24). A partir de agora, as empresas devem dar espaço para que trabalhadores declarem a identificação étnico-racial nos registros administrativos.

Segundo a lei, que vale para os setores público e privado, as empresas terão que colher essas informações na hora de contratar, de demitir e em casos de acidente de trabalho, por exemplo.

A diretora da EmpregueAfro, Patrícia Santos, acredita que a lei pode acelerar o combate a desigualdade social e promover maior inclusão no mercado de trabalho.

“Essas leis provocam a intencionalidade nas empresas. Quando as empresas entendem o seu papel fundamental também de responsabilidade social com esse tema, que seja pela força da lei, ela



entende que precisa agir. Ela precisa dar o exemplo de contratar profissionais negros, de promovê-los, de fazer com que esses profissionais negros possam crescer, possam atingir cargos de liderança”, explica Patrícia.

A lei também determina que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realize um Censo, a cada cinco anos, para identificar a participação de cada grupo étnico-racial no setor público. As informações coletadas devem ser utilizadas na política nacional de promoção da igualdade racial.

Fonte: G1

Digitalização faz empresas driblarem baixa produtividade

Brasil tem produtividade muito abaixo dos países desenvolvidos, mas transformação digital, incorporada por gigantes como Nestlé e Natura, ajuda a mudar quadro

O Brasil está fora do círculo dos países mais produtivos do mundo. Nossa baixa produtividade custou à indústria R\$ 500 bilhões em 2022. O valor corresponde ao que seria um acréscimo de 5,6% no PIB, de acordo com um levantamento da Cognitive, startup que ajuda indústrias a aumentar a eficiência das linhas de produção. Não tem a ver com preguiça ou com as pausas para o cafezinho (embora sim, isso até pode ter alguma influência na sua produtividade pessoal). A questão é maior, ainda que parte dela esteja ligada a pessoas. “Em geral, os trabalhadores brasileiros têm baixa escolaridade e dificuldade de se colocar numa empresa mais moderna por não dominar tecnologias”, diz Fernando Veloso, pesquisador do FGV IBRE (Instituto Brasileiro de Economia).

Ainda assim, mudanças em processos e digitalização podem levar empresas a driblarem problemas macroeconômicos e dar saltos produtivos individuais. Desde 2021, a Nestlé trabalha com a startup Workverse para desenhar novos processos de onboarding, nada mais do que a integração de novos funcionários, digitais e gamificados. Hoje, o processo é feito em 32 unidades de negócios da Nestlé.

O resultado foi uma economia de mais de 500 horas por mês do time de Recursos Humanos – ou mais de 20 dias de trabalho – e 60 horas de cada recém-contratado. “A redução da participação do time em processos de treinamento trouxe menos demandas operacionais relacionadas à integração



de novas pessoas”, diz Izabel Azevedo, diretora de talento e cultura da Nestlé.

A Workverse tem, entre os clientes, Vivo, Pepsico e Carrefour, que a contratam para melhorar seus processos de seleção e admissão. “70% das ofertas de emprego são aceitas em até 15 minutos e a admissão e o onboarding são 10 vezes mais rápidos”, diz Carolina Pereira Guimarães, COO e cofundadora da HR Tech.

Home office aumenta a produtividade

Antes de 2020, a produtividade brasileira estava em queda desde a década de 1980. Com a pandemia, em um primeiro momento, o quadro mudou. “Não porque as empresas adotaram mais tecnologia ou porque a educação melhorou, mas porque os trabalhadores menos qualificados saíram do mercado naquele momento”, diz Veloso, da FGV. E isso elevou a média de produtividade nacional.

Com o retorno gradual pós-pandemia, a tendência de queda voltou e hoje a produtividade está abaixo da pré-pandemia. Segundo a McKinsey, esse é um problema global. Os EUA também enfrentam desafios para retomar a produtividade, como escassez de mão de obra, dívida, inflação e o custo da transição energética. Se o país voltar ao

seu ritmo, pode acumular US\$ 10 trilhões no PIB até 2030. Mas atingir esse potencial exige um esforço conjunto de líderes empresariais e formuladores de políticas públicas.

Ainda na pandemia, que obrigou muitos funcionários a trabalhar de casa, o home office fez com que a maioria dos funcionários se sentissem mais produtivos, segundo uma pesquisa feita pela Fundação Dom Cabral em parceria com a Grant Thornton e a Emylon Business School em março de 2021.

Mas os modelos híbrido e remoto se mantêm ainda hoje – uma análise do Pew Research Center

mostrou que um terço dos trabalhadores nunca vai ao escritório – e a produtividade trazida por eles também. Segundo um novo estudo do Instituto Becker Friedman da Universidade de Chicago, o trabalho remoto economizou cerca de duas horas por semana por trabalhador em 2021 e 2022. As pessoas alocaram cerca de 11% desse tempo economizado em atividades de cuidado e 40% no próprio trabalho. Ou seja, são mais de 45 minutos a mais de trabalho por semana.

Fonte: Forbes

BNDES anuncia linha de R\$ 21 bilhões para MEIs e pequenas e médias empresas

Segundo o presidente do banco, Aloizio Mercadante, a vantagem é que o banco garante até 80% do risco da operação

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou nesta segunda-feira (17) uma linha para microempreendedores individuais (MEIs), além de micro, pequenos e médios empresários, que terá disponibilidade de R\$ 21 bilhões, segundo o presidente da instituição, Aloizio Mercadante.

O banco de fomento vai repassar os recursos para cerca de 70 parceiros, mas também poderá operar diretamente.

Segundo o presidente do banco, a vantagem é que o BNDES garante até 80% do risco da operação.



“Como a gente garante o risco, ajudamos a diminuir a crise de confiança para que empresários possam ter mais crédito e capacidade de investimentos”, comentou ele.

A linha usará a Taxa de Longo Prazo do banco.

Fonte: CNN Brasil

Governo anuncia nova linha bilionária de crédito em dólar para o agronegócio

O governo anunciou uma nova linha de crédito em dólar para o agronegócio com taxa fixa de 7,59% ao ano mais variação do câmbio, para financiar a compra de máquinas, equipamentos agrícolas, silos e estruturas de armazenagem, sistemas de energia fotovoltaica e outros equipamentos utilizados pelo setor agropecuário.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que a linha de crédito, estimada em um bilhão de reais, entra em vigor na próxima segunda-feira 1 durante Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), que acontece em Ribeirão Preto, de 1 a 5 de maio.

“Os exportadores da agricultura que têm recebíveis em dólar, vão poder operar essa linha para compra de máquinas, equipamentos, tratores, colhedoras, instrumentos para irrigação, armazenagem”, detalhou Mercadante. “A única coisa que não pode é ter desmatamento ilegal, nós monitoramos as propriedades e quem desmata ilegalmente não terá acesso à linha.”

Ao participar de coletiva ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) ambos destacaram os benefícios e baixos riscos da operação.

“Para aqueles que exportam agronegócio, a possibilidade de ter financiamento em dólar é muito mais barato. Tudo o que nós queremos é crédito mais barato para alavancar o crescimento, atrair investimento”, destacou Alckmin.

“Nós queremos uma agricultura de precisão, moderna e usar essa linha que tem a seguinte condição: como ele tem um recebido em dólar, vai contrair uma dívida em reais, mas indexada ao dólar, se ele perde em uma ponta, ganha na outra.



Por exemplo, se o dólar desvaloriza, melhora a rentabilidade da exportação, mas encarece a dívida. Se o real se aprecia é o inverso”, complementou o presidente do BNDES.

Mercadante ainda explicou que a taxa de longo prazo (TLP) do BNDES hoje gira em torno de 19% e que há uma queda de imposto para 7,5%. “Cai de 19 para 7,5% , mas como o indexador é o câmbio e a empresa tem uma exportação em câmbio, na realidade, cai de 19% para 3% ao ano. Acho que é das coisas mais criativas que podíamos fazer nesse cenário de juros elevadíssimo”.

Ainda de acordo com o governo, os bancos parceiros do BNDES também vão poder operar com a linha de crédito, como é o caso do Branco do Brasil. O modelo também será utilizado para indústrias e serviços, e a proposta deve ser detalhada no próximo dia 25.

Fonte: Carta Capital



MZ·ADVOCACIA®

PELOTAS

Rua Menna Barreto, 391
Bairro Areal
CEP 96077-640
53.3025.3770
pelotas@mzadvocacia.com.br

RIO GRANDE

Praça Xavier Ferreira, 430, Conj. 303
Bairro Centro
CEP 96200-590
53.3035.2770
riogrande@mzadvocacia.com.br

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157, Conj. 1010
Bairro Menino Deus
CEP 90150-001
51.3516.1584
portoalegre@mzadvocacia.com.br